



CONTRARRAZÕES RECURSAIS



À PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE-MG

Ilustríssimo Senhor Pregoeiro
ALISSON DIAS LAUREANO

Ref.: Processo n. 109/2022 – Pregão Eletrônico n.
061/2022 – Registro de Preço n. 038/2022 –
CONTRARRAZÕES RECURSAIS

NEIVA CRISTINA GAMBOA REZENDE 07890110693, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Enfermeira Joana D'arc, 226, Santa Efigênia, Bom Despacho-MG, 35630-140, CNPJ: 47.298.788/0001-74, neste ato representada pela sócia Neiva Cristina Gamboa Rezende, brasileira, casada, empresária, nascida em 28/12/1982 em Moema-MG, inscrita sob o CPF nº 078.901.106-93, portador do RG MG-10.243.937, residente e domiciliada à rua Professora Maura Paiva, 132, Gran Park em Bom Despacho-MG vem apresentar **CONTRARRAZÕES DE RECURSO em face de recurso interposto pela empresa LEONARDO OLIVEIRA RABELO-ME**, nos seguintes termos:

1. TEMPESTIVIDADE

O presente instrumento mostra-se inteiramente tempestivo de acordo com as conformidades das mensagens encaminhadas pelo douto pregoeiro, como segue:

19/10/2022 10:50:03 Pregoeiro: Desta forma, nos termos do item 10.20.14 do Edital, ficam as licitantes que manifestaram interesse em interpor recurso intimadas e cientificadas de que o prazo para apresentação das razões recursais iniciar-se-á em 20/10/2022 e encerrar-

Neiva Cristina Gamboa Rezende

Rua Enfermeira Joana D'arc, 226 – Santa Efigênia – 35630-140 – Bom Despacho-MG
Telefone (37) 99116-0000 – comercial.dnaconfeccao@gmail.com – CNPJ: 47.298.877/0001-74



CONTRARRAZÕES RECURSAIS



se-á no dia 24/10/2022. Ficam todas as licitantes intimadas e cientificadas do prazo para contrarrazões no período de 25/10/2022 a 27/10/2022.

Ademais, o prazo para apresentação das contrarrazões encontra respaldo temporal no Decreto nº 10.024/2019, art 44, §2º.

2. CONTEXTO

A Prefeitura Municipal Conselheiro Lafaiete publicou o Edital para Pregão Eletrônico n. 061/2022, tendo por objeto o registro de preços de confecção de uniformes em geral para os servidores das Secretarias Municipais de Conselheiro Lafaiete.

Várias empresas do ramo do objeto licitado se prestaram a participar e disputar os referidos lotes do processo licitatório, vindo a findar a etapa de lances com seus respectivos arrematantes.

Para o LOTE 04, quais sejam as “CAMISAS PARA EQUIPE DE ENDEMIAS” a ora RECORRIDA, ofertou proposta no importe de R\$ 29,85 (vinte e nove reais e oitenta e cinco centavos), proposta essa 37% abaixo da média das demais propostas **o que por si só demonstra um sério risco quanto a exequibilidade da mesma.**

Esta RECORRENTE postou-se de maneira **responsável** em segunda colocada com proposta no importe de R\$ 37,98 (trinta e sete reais e noventa e oito centavos).

Declaradas as empresas vencedoras dos lotes do certame, passaram o duto pregoeiro e equipe de apoio à análise dos documentos de habilitação dos arrematantes.

ACERTADAMENTE, o pregoeiro e equipe resolveram por inabilitar a recorrida frente aos seguintes argumentos:

18/10/2022 15:40:55 Pregoeiro: A documentação de habilitação da licitante LEONARDO OLIVEIRA RABELO (ME) foi conferida e estava em desconformidade com o Edital, sendo declarada sua INABILITAÇÃO, ante os seguintes fundamentos: a) apresentou

Wesley Cristina Gamboa Rezende
Rua Enfermeira Joana D'arc, 226 – Santa Efigênia – 35630-140 – Bom Despacho-MG
Telefone (37) 99116-0000 – comercial.dnaconfeccao@gmail.com – CNPJ: 47.298.877/0001-74



CONTRARRAZÕES RECURSAIS



declaração de que não emprega menor (item 8.7.1.1); declaração de que cumpre a cota de aprendiz (item 8.7.1.2); e, declaração de que cumpre requisitos de habilitação (item 5.9) **sem assinatura válida** (documentos não assinados manualmente e/ou por assinatura digital autenticável).

O recorrido, inconformado com a decisão do douto pregoeiro e equipe de apoio resolveu por interpor recurso frente a sua inabilitação.

O referido recurso foi protocolado a tempo e modo, porém o mesmo não merece prosperar quanto ao seu pedido pelos fatos e fundamentos que passamos a expor.

3. DOS FATOS

Iniciamos este capítulo levantando a seguinte indagação: **QUAL SENTIDO ESTABELECEER UMA NORMA NUM INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO SENÃO PARA EXIGIR O CUMPRIMENTO DO DISPOSITIVO E GARANTIR CONDIÇÕES ISONÔMICAS DE TODOS OS PARTICIPANTES SATISFAZEREM A MESMA?**

O instrumento convocatório é cristalino no tocante ao item 5.11, vejamos *ipsis litteris*:

5.11. No caso de documentos assinados manualmente, este deverão ser autenticados em cartório, ou por servidor público mediante cotejo do documento original.

Creio que todos os licitantes tenham condições de interpretar uma norma tão CLARA e OBJETIVA do edital, não obstante o regramento se repete mais à frente, vejamos:

Neiva Cristina Gamela Rezende

Rua Enfermeira Joana D'arc, 226 – Santa Efigênia – 35630-140 – Bom Despacho-MG
Telefone (37) 99116-0000 – comercial.dnaconfeccao@gmail.com – CNPJ: 47.298.877/0001-74



CONTRARRAZÕES RECURSAIS



8.7.4. Caso as declarações sejam assinadas manualmente, deverão ser autenticadas em cartório ou por servidor público competente, mediante cotejo do documento original.

Então, torna-se incompreensível a demanda do ora recorrido quanto à tentativa de BURLAR o regramento editalício, vez que o mesmo apresentou as declarações com assinatura manual sem autenticação, conforme podemos observar:

Belo Horizonte, 18 de outubro de 2022.

Leonardo Oliveira Rabelo

07.276.274/0001-57

LEONARDO OLIVEIRA RABELO - ME

Av. Venâncio César de Moraes 1455 Laje A

B. Alto dos Pinheiros - CEP 30835-000

Belo Horizonte - MG

A regra estabelecida no edital **TEM QUE SER CUMPRIDA**, o instrumento convocatório é a LEI entre o município e os licitantes.

A alegação de que a desclassificação da recorrida se deu de forma errônea por excesso de formalismo não pode prosperar.

Se a recorrida entendia que tal cláusula era excessivamente formal **PORQUE NÃO IMPUGNOU O EDITAL A TEMPO E MODO?**

Valéria Cristina Gamboa Rezende

Rua Enfermeira Joana D'arc, 226 – Santa Efigênia – 35630-140 – Bônus Despacho-MG
Telefone (37) 99116-0000 – comercial.dnaconfeccao@gmail.com – CNPJ: 47.298.877/0001-74



CONTRARRAZÕES RECURSAIS



Não podemos noutro norte julgar a atuação do pregoeiro como errônea uma vez que, estabelecidas as normas do processo licitatório ele fica OBRIGADO a segui-las assim como estão lá expostas. Não podendo agir de forma diversa sob QUALQUER PRETEXTO.

Ainda vamos além, a recorrida em seu documento de declarações que viola os ditames do instrumento convocatório, aceita e reconhece os termos do edital. A PRÓPRIA RECORRIDA RECONHECE TODOS OS TERMOS. Vejamos a colocação extraída das declarações da recorrida:

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL

A empresa acima identificada, DECLARA sob as penas e sanções da LEI, que tem pleno conhecimento das informações do edital supra e seus anexos a qual participarei levando todos os documentos necessários a habilitação e proposta, ciente de todos os termos

Não obstante, a possível aceitação das razões recursais da recorrida sim, configuraria **QUEBRA DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA** neste certame, o que implicaria em possibilidade de anulação de todos os atos da sessão pública.

Reiteramos o questionamento, QUAL SENTIDO DE EXISTIR UMA NORMA NUM INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO SENÃO PARA EXIGIR SEU CUMPRIMENTO?

Infelizmente a recorrida não se diligenciou a enviar documentos de habilitação nas conformidades do edital e agora ataca a decisão do pregoeiro de forma equivocada frente a inobservância da norma posta, se se achavam que tal norma era extremamente formalista, porque não impugnaram o instrumento convocatório? Fica a questão.

Esta recorrente, por sua vez apresentou tudo nas conformidades exigidas pelo edital, reconhecendo firma em todos os documentos onde foram assinados manualmente, cumprindo fielmente o disposto no edital.

Welton Cristina Gamboa Rezende

Rua Enfermeira Joana D'arc, 226 – Santa Efigênia – 35630-140 – Bom Despacho-MG
Telefone (37) 99116-0000 – comercial.dnaconfeccao@gmail.com – CNPJ: 47.298.877/0001-74



CONTRARRAZÕES RECURSAIS



Não menos importante, ligamos várias vezes para solicitar esclarecimentos sobre o mesmo tema, onde os servidores do município nos informaram que ERA SIM, OBRIGATÓRIO, O RECONHECIMENTO DE FIRMA EM TODOS OS DOCUMENTOS ASSINADOS MANUALMENTE, BEM COMO A APRESENTAÇÃO DO ICP-BRASIL PARA DOCUMENTOS ASSINADOS DIGITALMENTE.

Não há de se falar em engano, ou formalismo excessivo, **BASTAVA A EMPRESA CUMPRIR AS REGRAS DO EDITAL QUE A ELA NÃO SERIA INABILITADA, É MUITO SIMPLES!**

4. DO MÉRITO - VIOLAÇÃO DO EDITAL COMO VIOLAÇÃO DA LEGALIDADE

A infração supramencionada evidencia a violação às exigências do edital que, em essência, implicam em violação ao dever de submissão à legalidade que se impõe à Administração Pública. O princípio da legalidade exige que toda a atividade administrativa seja autorizada em lei. Caso contrário a atividade será considerada ilícita. O administrador público deve se subordinar completamente à lei, ou seja, somente pode e deve fazer o que a lei permitir.

Ocorre que edital é a lei do certame e a forma como a recorrida apresentou suas declarações NÃO ATENDE OS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

Ademais, menciona-se que o princípio norteador do pregão é o princípio da eficiência, que impõe à Administração Pública a busca pela qualidade na aquisição de bens e serviços. Esse princípio está ligado ao princípio de economicidade, que determina um rigoroso controle dos gastos públicos. No entanto, **não se pode comprometer a legalidade das prestações administrativas sob o pretexto de se pagar o menor valor.**

Valéria Cristina Gamela Rezende

Rua Enfermeira Joana D'arc, 226 – Santa Efigênia – 35630-140 – Bom Despacho-MG
Telefone (37) 99116-0000 – comercial.dnaconfeccao@gmail.com – CNPJ: 47.298.877/0001-74



CONTRARRAZÕES RECURSAIS



Vejamos o Estatuto Jurídico das Licitações e Contratos Administrativos que dispõe, expressamente:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Assim, o Princípio da Legalidade impõe à Administração, qualquer que seja a sua esfera, o DEVER DE SUBMISSÃO À LEI, sob pena de praticar ato INVÁLIDO, dentre outras penalidades. O Edital tem poder normativo em relação aos envolvidos naquele certame, uma vez que estabelece critérios para realização de Licitação Pública e IMPÕE DEVERES TANTO AOS LICITANTES QUANTO À ADMINISTRAÇÃO, sobretudo o dever dessa última de ater-se a um julgamento objetivo das propostas apresentadas.

É ponto pacífico na doutrina e na jurisprudência a vinculação da Administração Pública aos termos do instrumento convocatório – O PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL – principalmente como assecuratório da preservação do PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. Por isso, convém trazer à colação o seguinte dispositivo da Lei Nacional de Licitações e Contratos:

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”

Neia Cristina Gamboa Rezende

Rua Enfermeira Joana D'arc, 226 – Santa Efigênia – 35630-140 – Bom Despacho-MG
Telefone (37) 99116-0000 – comercial.dnaconfeccao@gmail.com – CNPJ: 47.298.877/0001-74



CONTRARRAZÕES RECURSAIS



Neste sentido, é o entendimento de Lucas Rocha Furtado, que dispõe que o instrumento convocatório:

“é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.¹

Ainda, do mesmo modo, é pacífico o entendimento do Supremo Tribunal Federal, veja-se:

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. *Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apocrifia, a inexistência do documento.* 2. Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência. 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso.²

Verifica-se, destarte, que a habilitação da licitante ora recorrida encontrasse eivada de vícios, o que acertadamente foi notado e ponderado pelo douto Pregoeiro. E, a rigor, a

¹ Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416.

² RMS 23640 / DF, 2ª T, rel. Min. Maurício Corrêa, j. 16/10/2001, p. 05.12.2003.

Maria Cristina Gamela Rezende

Rua Enfermeira Joana D'arc, 226 – Santa Efigênia – 35630-140 – Bom Despacho-MG
Telefone (37) 99116-0000 – comercial.dnaconfeccao@gmail.com – CNPJ: 47.298.877/0001-74



CONTRARRAZÕES RECURSAIS



aceitação de tal proposta eivada de nulidade caracteriza expressa violação ao princípio da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório.

Assim, nos termos dos citados dispositivos legais e editalícios, impõe-se a desclassificação da Recorrida.

5. CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, respeitosamente, a recorrente **NEIVA CRISTINA GAMBOA REZENDE 07890110693** requer sejam recebidas as presentes Contrarrazões Recursais para, no mérito, acolhê-las, e ratificar a decisão de INABILITAÇÃO da empresa Recorrida e, conseqüentemente, declarar a Recorrente a vencedora do respectivo LOTE 04, com a adjudicação do seu objeto.

Nestes termos, pede deferimento.

Bom Despacho/MG, 27 de outubro de 2022.



Neiva Cristina Gamboa Rezende

NEIVA CRISTINA GAMBOA REZENDE

Sócia Administradora



PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

1º Tabelionato de Notas de Bom Despacho - MG

Reconheço, por autenticidade, a assinatura abaixo:
NEIVA CRISTINA GAMBOA REZENDE.
Em testemunho da verdade. Bom Despacho, 27/10/2022.

Rodrigues

SELO DE CONSULTA: FZ037960
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 8307.9926.7837.2381

Quantidade de atos praticados 01 Ato(s) praticado(s) por
CRISTIANE LUCIANO RODRIGUES DA COSTA - Escrevente

Emol: 7,04 TFC: 2,19 Valor final: 9,23 ISS: 0,33
Consulte a validade deste Selo no Site <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA ETIQUETA ACD021063